

## A IMPORTÂNCIA DO CARIMBO E OUTRAS MARCAS DE PROPRIEDADE NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL

**Resumo:** A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é uma das mais antigas e tradicionais instituições de estudo e pesquisa do Brasil, cujas diferentes denominações que teve ao longo do tempo foram resgatadas por meio de carimbos das publicações, prática de identificação adotada desde a sua gênese. Objetivou-se demonstrar a importância das marcas de propriedade em uma instituição como a FBN, analisando sua história, relatando ocorrências em que esses indicativos nos ajudaram a recuperar peças furtadas e informando sobre as atuais medidas tomadas pela instituição para garantir o uso correto e seguro dos carimbos, anotações e *ex-libris*. Extraíram-se dados sobre os furtos, e consequente recuperação das obras da coleção de iconografias da FBN, em jornais e nos relatórios gerenciais da FBN. Constatou-se que a despeito de todas as dificuldades que a recuperação de obras furtadas enfrenta, a FBN tem recuperado obras em momentos esparsos e em quantidades módicas. Dados do último levantamento da instituição informam que foram restituídos ao acervo cerca de 10% do total furtado, o que equivale a 12 das 102 peças que foram furtadas em 2004; e 116 das 1.096 peças que foram furtadas em 2005, e o elemento que permitiu repatriar os itens roubados foi justamente o carimbo.

**Palavras-chave:** Marcas de proveniência. Fundação Biblioteca Nacional – história. Furtos de materiais bibliográficos.

**Monica Carneiro Alves**  
Bacharela em Biblioteconomia  
FBN  
orcid 0000-0003-3717-5157  
monicatalves1@gmail.com

**Diana dos Santos Ramos**  
Mestre em Memória Social  
FBN  
dianaramos.doc@gmail.com

**Maria José da Silva Fernandes**  
Pós-graduada em Arte e Educação  
FBN  
mjosefernandes@yahoo.com.br

## THE STAMP AND OTHER MARKS OF OWNERSHIP AND PROVENANCE IN THE NATIONAL LIBRARY COLLECTION

**Abstract:** The Fundação Biblioteca Nacional (FBN) is one of the oldest and most traditional institutions of study and research in Brazil, whose different denominations it has had over time were rescued through stamping the publications, which was an identification practice adopted since its genesis. The objective was to demonstrate the importance of ownership marks in an institution like FBN, analyzing its history, reporting occurrences in which these indicatives helped us to recover stolen pieces and informing about the current measures taken by the institution to guarantee the correct and safe use of stamps, annotations and *ex-libris*. Data on the thefts and consequent recovery of works from the FBN iconography collection were extracted from newspapers and from the FBN management reports. Despite all the difficulties faced in recovering stolen works, the FBN has recovered works in sparse moments and in small quantities. Data from the last survey of the institution inform that about 10% of the total stolen were restored to the BN collections, which is equivalent to 12 of the 102 stolen pieces in 2004; and to 116 of the 1,096 stolen pieces in 2005, and the element that allowed the repatriation of the stolen items was precisely the stamp.

**Keywords:** Marks of provenance. National Library Foundation - history. Books thefts.

## 1 BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO

Objetivamos demonstrar a importância das marcas de propriedade em uma instituição como a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), analisando sua história, relatando ocorrências em que esses indicativos nos ajudaram a recuperar peças furtadas e informando sobre as atuais medidas tomadas pela instituição para garantir o uso correto e seguro dos carimbos, anotações e *ex-libris*.

Desenvolvido no ano de 2020, durante a pandemia provocada pela COVID-19, vale registrar que tivemos como fonte somente o que estava disponibilizado em nossa página institucional ou em nossos arquivos pessoais, o que não nos permitiu desenvolver alguns tópicos ilustrando-os como gostaríamos.

Nos *Anais da Biblioteca Nacional*, cuja totalidade da coleção encontra-se disponibilizada na Hemeroteca Digital<sup>1</sup>, foi possível levantar informações sobre o uso de marcas de propriedade e sobre a política de gestão de coleções para mapear possíveis e prováveis transferências de itens de nosso acervo e posteriores políticas mais restritivas e afinadas com as visões mais modernas sobre patrimônio público.

As primeiras marcas de propriedade da Biblioteca Nacional são das duas bibliotecas transferidas junto com a família real para o Brasil: a Real Biblioteca (imagem 1) e a Biblioteca do Infantado (imagem 2).

Imagem 1 - Carimbo da Real Biblioteca



Fonte: FBN (2020)

Imagem 2 - Carimbo da Biblioteca do Infantado



Fonte: FBN (2020)

<sup>1</sup> <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Esquecidas no porto em 1808, essas coleções só chegaram ao Brasil em 1810, e depois uma última parte em 1811. Por decreto, em 29 de outubro de 1810, a Real Biblioteca é aberta aos estudiosos, e, em 1814, é finalmente franqueada ao público, embora continuasse a ser a biblioteca real.

Com a independência, em 1822, passa a ser denominada Biblioteca Nacional e Pública da Corte (imagem 3) e, na proclamação da república, em 1889, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ou Biblioteca Nacional (imagem 4).

Imagem 3 - Carimbo da Biblioteca Nacional e Pública da Corte



Fonte: FBN (2020)

Imagem 4 - Carimbo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



Fonte: FBN (2020)

Em 1990 incorpora o Instituto Nacional do Livro e passa a ter status de fundação, mas seu carimbo oficial continua como Biblioteca Nacional (imagem 5).

Imagem 5 - Carimbo atual



Fonte: FBN (2020)

## 1.2 Gestão de coleções

Sobre a política de gestão da coleção, que em alguns momentos permitiu que exemplares da Biblioteca fossem transferidos para outras instituições, é preciso analisar com cuidado de que forma e em qual contexto essas transferências aconteceram, para que não se interprete equivocadamente essas ocorrências.

Precisamos rastrear essas informações desde os primeiros tempos da Biblioteca no Brasil, certificando-nos de que não houve, em momento algum da nossa história institucional, uma saída indiscriminada de obras da Real Biblioteca.

Todas as doações de acervo da Biblioteca foram encaminhadas a instituições. A primeira foi documentada pelo próprio bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, ajudante que chegou ao Brasil em 1811, acompanhando a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca e, em 1821, foi promovido a encarregado da direção e arranjo da mesma. Em suas cartas ao pai, que havia ficado em Portugal, ele relata que por ordem do rei ele estava encaminhando para a Biblioteca Pública da Bahia exemplares dobrados (duplicatas).

Imagem 6 – Informe sobre as duplicatas de livros da Real Bibliotheca (1)

Veio a verificar-se o meu projecto lembrado a principio ; pois S. Mag.<sup>e</sup> Ordenou q. dos Livros dobrados da Sua R. Bibliotheca se fizesse fornecimento de hũ exemplar de cada Obra para a Bibliotheca Publica da Bahia, combinando-se estes com os do Cathalogo, q. dalli veio (72), de sorte q. não viessem a duplicar-se, porem consistindo a remessa dos q. alli não houvessem. Já p.<sup>a</sup> lá forão 20 Caixotes, q. sómente comprehendem o ramo de Theologia : e vai-se continuando .

---

(72) *Catalogo dos livros que se achão na Bibliotheca Publica da Cidade da Bahia.* — S. l. n. d. (Bahia, Typographia de M. A. da Silva Serva, 1818) in 8.º, de 54 pp. — Foi o primeiro catálogo de livros de biblioteca que se imprimiu no Brasil. A livraria baiana contava então 5.361 volumes de obras completas e 426 truncadas. A Biblioteca Nacional, além desse cimélio, possui o próprio manuscrito, original 48 ff. inumeradas, de 18 x 11. Seção de Manuscritos, Cod. I — 1, 1, 28.

Fonte: FBN (2020)

Primeiro foram enviados 20 caixotes de obras relacionadas à Teologia (imagem 6), depois mais 37 caixotes de livros em duplicata (imagem 7).

Imagem 7 – Informe sobre as duplicatas de livros da Real Bibliotheca (2)

Desta R. Bibl.<sup>a</sup> se tem mandado 37 Caixões de Livros dobrados p.<sup>a</sup> a Livr.<sup>a</sup> Publica da Cid.<sup>o</sup> da Bahia.

Conclúo rogando a V. M.<sup>ce</sup> me continúe o favor da sua benção, e sou com todo o respeito

De V. M.<sup>ce</sup>

Filho m.<sup>to</sup> aff.<sup>o</sup> e obj.<sup>do</sup> V.<sup>or</sup>

Luiz Joaquim dos Santos Marrócos

Fonte: FBN (2020)

Sabemos de outras diversas doações, infelizmente não registradas nos Anais, mas sim em ofícios que até o momento não estão digitalizados. Podemos citar:

- Museu Imperial – inaugurado em 16 de março de 1943, quando foram enviados vários volumes, parte da Coleção Thereza Christina Maria, para o enriquecimento de sua biblioteca.
- Biblioteca do curso de Biblioteconomia da UNIRIO – O curso funcionou na Biblioteca Nacional até 1969, quando foi transferido para a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O acervo destinado ao apoio dessa atividade, acompanhou essa mudança. Havia nessa coleção obras da Real Biblioteca.

O acervo, principalmente originário da Real Biblioteca, não foi encaminhado a coleções particulares. Se atualmente algum exemplar for encontrado nessas condições, deverá ser investigada sua origem e condição de aquisição.

E mesmo se tratando de peças transferidas legalmente, seria de interesse para nossa história institucional documentar e mapear suas localizações.

Medidas foram sendo tomadas mesmo antes que a noção de patrimônio se solidificasse com a promulgação do decreto-lei de 1937 sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já em 1911, a BN publica seu regulamento proibindo permuta de obras raras ou de parte de coleções. E sobre doação, autorizava apenas a transferência de duplicatas para outros estabelecimentos (imagem 8).

Imagem 8 – Regulamento da Bibliotheca Nacional, a que se refere o decreto n. 8835, de 11 de junho de 1911

## Regulamento da Bibliotheca Nacional, a que se refere o decreto n. 8.835, de 11 de Julho de 1911

13º, autorizar a permuta que lhe parecer vantajosa dos duplicados que o forem por absoluta identidade e quando se não tratar de peças raras ou que forem de frequente consulta ou ainda de exemplares que fizerem parte de collecção doada para se conservar reunida;

14º, distribuir por outras bibliothecas publicas os duplicados que estiverem nas condições acima e que, no seu entender, puderem ser dispensados sem inconveniente;

Art. 66. Não poderão ser transferidos da Bibliotheca para outro estabelecimento, salvo havendo exemplares em duplicata que lhe não façam falta, os seus livros, manuscriptos, estampas e mais objectos que nella se colleccionarem.

Fonte: FBN (2020)

### 1.3 Carimbos

A preocupação em “marcar” sistematicamente a coleção começa com Frei Camilo de Monserrat, bibliotecário que dirigiu a Biblioteca Imperial e Pública da Corte de 1853 até 1870. O estudo biográfico escrito por Ramiz Galvão, seu sucessor, mostra que, entre suas principais preocupações como responsável pela Biblioteca, estava a aquisição de um sinete para estampar os livros, ou seja, um carimbo com a marca de propriedade (imagem 9).

Imagem 9 – Primeiros relatos sobre a necessidade da aquisição de um sinete (carimbo) para marcar os livros da Biblioteca Imperial e Pública da Corte substituir boa parte dos grosseiros moveis da repartição, adquirir outros e reparar o edificio arruinado; finalmente, prover a Bibliotheca do material necessario para o catalogo systematico, e até comprar um sinete para estampar os livros, que não existia.

Esta longa serie de reclamações e de medidas propostas, não duvidámos transcrevê-la quasi *in extenso* com o duplo fim de photographar o tristissimo estado, em que se-encontrava uma repartição da ordem da Bibliotheca Publica, e demonstrar o grande interesse e perfeito conhecimento profissional, com que fr. Camillo encetou a sua administração.

Fonte: FBN (2020)

O relatório de 1906 ressalta que foram carimbados 18.467 documentos e catalogados 547, demonstrando que independente de conseguir efetuar o processamento técnico do acervo, o carimbo era aplicado, como garantia sua propriedade.

O relatório de 1907 repete o cuidado, registrando que todas as aquisições efetuadas durante o ano foram carimbadas e ainda destacando estar carimbando também o acervo já existente (imagem 10).

Imagem 10 – Excerto do Relatório de 1907 reiterando a necessidade de carimbar os livros

A carimbação fez-se em todas as aquisições effectuadas durante o anno e começou a fazer-se nos manuscriptos encadernados já existentes.

Extrahiram-se 152 bilhetes de catalogo correspondentes a outras tantas cartas geographicas.

Ficou terminada a copia do documento n. 5730 do catalogo da Exposição de Historia do Brasil.

Fonte: FBN (2020)

O relatório de 1904 demonstra essa preocupação também com as estampas (gravuras). No caso, as que compunham a coleção de retratos de Diogo Barboza Machado, que estava sendo reencadernada. Esse trabalho de reencadernação foi iniciado na oficina de George Leuzinger e estava sendo finalizado na oficina da própria Biblioteca Nacional (imagem 11).

Imagem 11 – Informe sobre os serviços de encadernação

estampas avulsas, processo que tem produzido resultados satisfactorios. Alem d'isto remetteram-se á Officina de Encadernação 35 volumes e 1 estampa a entelar, sendo todos restituídos, bem como os volumes que haviam sido remettidos em 1903. Merecem menção especial os 2 primeiros volumes da collecção de retratos Barbosa Machado, que receberam solida encadernação, semelhante á dos demais da mesma collecção, imitadas do melhor modo possivel as decorações do dorso, bem como os typos que nelles havia empregado a officina de Leuzinger & C.<sup>a</sup>.

Procedeu-se á revisão geral das estampas para lhes applicar o carimbo da secção, o que se fez num numero elevado de peças.

Fonte: FBN (2020).

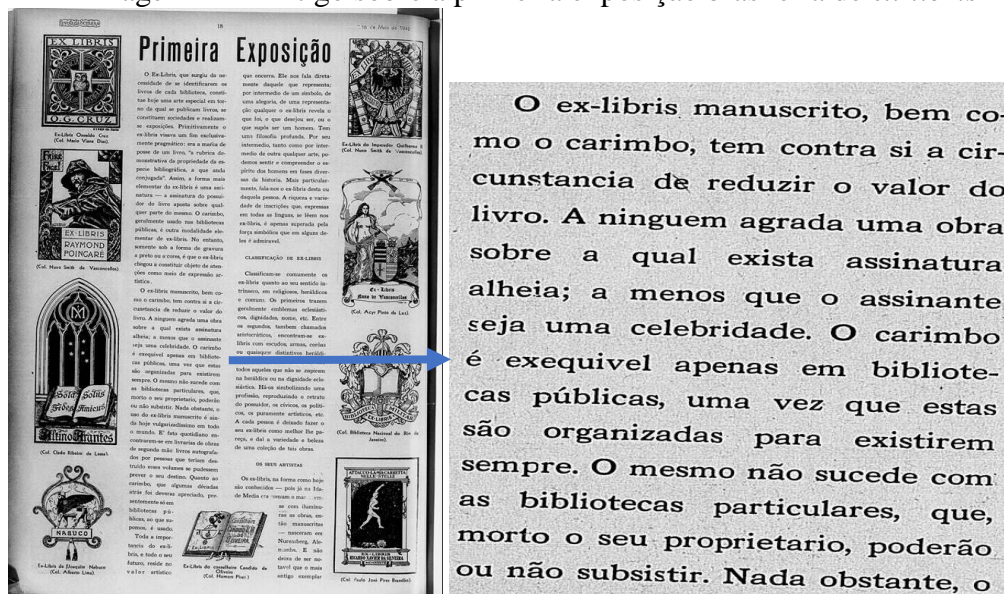
O decreto de 1911, além de garantir um maior controle em relação à saída de obras do acervo, coloca também como uma das obrigações da instituição carimbar todas as peças do acervo.

Não podemos concordar com as afirmações de que o carimbo destrói a obra, de que se configura como uma agressão ao documento, que retira o valor do exemplar. No caso das bibliotecas, as marcas individuais de propriedade são as principais garantias de identificação e possibilidade de recuperação das obras no caso de um sinistro. A falta delas interessa principalmente aos colecionadores que muitas vezes compram ou vendem seus exemplares. E, a não ser que seja algo que agregue um valor financeiro ao exemplar, não é bem-visto.

Em um artigo publicado na Revista da Semana de 1942, sobre a primeira exposição brasileira de *ex-libris*, o autor ressalta esse entendimento (imagem 12).



Imagem 12 – Artigo sobre a primeira exposição brasileira de *ex-libris*



Fonte: Revista da Semana de 1942

#### 1.4 Ex-libris

Os *ex-libris* são marcas elegantes e curiosas, ricas em simbologias e recursos gráficos. Os *ex-libris* poderiam ser marcas exclusivas de propriedade a serem adotadas pelas instituições?

Certamente não. Tradicionalmente colados no verso da capa, essa marca pode facilmente se perder. No caso da nossa Biblioteca Nacional, que está classificada entre as dez maiores bibliotecas do mundo, que sofreu diversas transferências ao longo de seus mais de 200 anos de existência, e que ficou sujeita a várias gestões que tentaram cada uma da forma que lhe parecia mais adequada, preservar a coleção, o *ex-libris* não poderia, sozinho, ser a marca de propriedade adotada exclusivamente.

Um desses recursos utilizados para tentar preservar a coleção era a reencardenação de obras que se encontravam em mau estado de conservação. No entanto, a biblioteca só passa a ter sua própria oficina de encadernação entre 1901 e 1903 (até julho de 1903 tinha uma instalação provisória em duas salas no quintal da biblioteca na rua do Passeio). Antes disso as obras eram encaminhadas para locais como a Casa Leuzinger.

Resgatando diversos relatos sobre encadernação, até mesmo de obras raras, podemos imaginar quanta informação contida originalmente naquelas obras pode ter se perdido para sempre.

Encontramos também um relato de Ramiz Galvão sobre a perda de uma importante obra provocada pela necessidade imediata de reestruturação (imagem 13).

Imagem 13 – Relato de Ramiz Galvão sobre a perda da edição princeps de Marília de Dirceu

Havíamos tido a singular fortuna de adquirir para a Bibliotheca um exemplar da famosa edição *princeps* da Marília de Dirceu impressa em Lisboa, 1792,—livro de existência tão problemática e discutida. Cheios de prazer, d'esse grande prazer que só o bibliographo conhece, e desejando reparar os estragos que o tempo e o abandono haviam causado ao precioso livrinho, mandamo-lo fóra para refazer a encadernação.

Em má hora tivemos semelhante idéa; d'entre centenas de volumes confiados ao mesmo artista, foi aquelle o unico que se perdeu, deixando-nos em uma desolação bem facil de imaginar-se. Baldados foram todos os esforços para encontrar a perola perdida; puniu-se o delinquente com severidade, procurou-se por toda a parte o fugitivo, — mas em vão: o rarissimo exemplar não voltou para a Bibliotheca Nacional, e ainda até hoje se não pode substituir a lacuna,

Fonte: FBN (2020).

Mesmo limitando o trabalho em sua própria oficina, as capas antigas eram descartadas e nem sempre eram resgatadas suas antigas marcas de propriedade.

A Biblioteca Nacional adota o uso de *ex-libris* somente no início de século vinte. Desenhado pelo artista Eliseu Visconti em 1903, é o mesmo utilizado até os dias de hoje.

Mesmo utilizando somente o carimbo até 1903, muitas coleções adquiridas pela Biblioteca possuíam suas próprias marcas, que se tornaram elementos essenciais para recuperação da trajetória desses exemplares e para a história da coleção da Biblioteca Nacional.

Exemplo de uma probabilidade de perda de informação é o caso da obra *Les Quatre livres d'Albert Durer*. Essa obra perdeu a encadernação original. Fazia parte da Real Biblioteca, informação confirmada pelo carimbo no verso da folha de rosto, e, antes de ser doada a Real Biblioteca pertenceu a André Gonçalves, pintor, informação confirmada pela

assinatura manuscrita ou *ex-libris* manuscrito na folha de rosto. Possui ainda outra marca manuscrita não identificada e, posteriormente, pertenceu a *Guillaume Du Good*, informação também mantida porque ele não colocou seu *ex-libris* no verso da encadernação e sim na folha de rosto (imagem 14).

Imagem 14 – Identificação dos antigos proprietários da obra que passou a pertencer a Biblioteca Imperial e Pública da Corte



Fonte: FBN (2020)

## 2 AS MARCAS DE PROVENIÊNCIA NA RECUPERAÇÃO DE ACERVO FURTADO

### 2.1 A Seção de Iconografia

A origem da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) remonta ao Século XIX, quando em 1876 foi inaugurada com o objetivo de atender a uma necessidade orgânica de organização de seu próprio acervo por tipologia.

A seção já teve outros nomes ao longo de sua história: 3ª Seção, Seção de Estampas, Divisão de Iconografia e já comportou a atual Seção de Cartografia que se desvencilhou em 1998.

Sob a guarda da Iconografia estima-se o número de 250 mil peças entre gravuras, matrizes, originais de arte e documentos fotográficos reunindo o maior patrimônio de imagens do país. O conjunto de documentos fotográficos da Coleção Teresa Cristina Maria, por exemplo, foi o primeiro conjunto documental do Brasil inscrito no Registro Memória do Mundo da UNESCO em 2003. Além dele, outras coleções como as Matrizes de gravura da

Casa Literária do Arco do Cego, em 2011, e Documentos da Guerra do Paraguai, em 2015, estão entre as preciosidades do acervo reconhecidas pela UNESCO.

## **2.2 Os furtos na Seção de Iconografia**

As obras localizadas na Iconografia são de inestimável valor para o patrimônio cultural do país. Contudo, no sistema da arte, essas peças têm valor monetário estipulado e seguem a lógica de mercado: quanto mais raro, maior seu valor. Como um ativo, um bem, ele está suscetível ao interesse e a ação de pessoas com intenções que nada tem a ver com pesquisa ou produção de conhecimento.

### **2.2.1 O furto em 2004**

A Seção de Iconografia foi alvo de um furto em 2004. O maior já identificado até então. A dupla Laéssio Rodrigues de Oliveira e Reginaldo Oliveira da Silva, que em breve se tornariam conhecidos pela mídia, cadastraram-se como pesquisadores na FBN e passaram a consultar obras na Seção de Iconografia em abril de 2004. Pelo controle realizado a partir dos boletos de consulta foi possível identificar que ambos frequentaram a sala por duas semanas. Como pesquisadores, Laéssio e Reginaldo tiveram acesso às obras originais, durante a pesquisa, que alegaram desenvolver. No total foram consultadas 31 obras.

Em meados de maio, a imprensa divulgou a prisão em São Paulo de um universitário de posse de obras roubadas no Museu Nacional (OLIVEIRA, 2004). O estudante de Biblioteconomia era Laéssio Oliveira que foi imediatamente reconhecido por membros da equipe que realizaram seu atendimento na Seção de Iconografia poucas semanas atrás. Diante das circunstâncias que envolveram a prisão de Laéssio a equipe deu início a uma investigação interna, que incluiu a realização de um inventário do acervo que havia sido consultado por ele e por Reginaldo Silva. E esse foi um movimento semelhante ao que aconteceu em outras instituições que foram frequentadas pela dupla de pesquisadores.

Imagem 15 - Matéria de Germano Oliveira sobre a prisão de Laéssio em São Paulo.



Fonte: O Globo, 16/05/2004

Nesse mesmo período além do Museu Nacional e da FBN, outras instituições no Rio de Janeiro, como: o Museu Histórico da Cidade, na Gávea, e o Mosteiro de São Bento, no Centro da cidade, identificaram furto em seus acervos (GOULART, 2004).

### 2.2.2 O furto em 2005

Os servidores da FBN estiveram em greve entre 02 de abril e 14 de julho de 2005. Como o prédio sede estava fechado para o público e o acesso restrito a altos cargos e membros da direção, a forma como o furto ocorreu, os fatos que o envolveram são nebulosos e menos conhecidos que o furto ocorrido no ano anterior. A ausência das obras não foi descoberta de imediato, mas após a retomada das atividades de tratamento técnico e atendimento ao público, durante manuseio rotineiro do acervo.

Não houve danos ao mobiliário de guarda. Alguns recursos para despistar o furto como substituição de acervo fotográfico por outras peças contemporâneas foram despendidos e retardaram a percepção do furto. As obras furtadas foram predominantemente documentos fotográficos e, dentre eles, peças de autoria de importantes nomes, como: Marc Ferrez, Benjamin Mulock e August Stahl.

### 2.2.3 O impacto dos furtos ocorridos em 2004 e 2005

Com o objetivo de dimensionar o real impacto dos furtos que vitimaram o acervo da FBN localizado na Seção de Iconografia foi realizado um inventário no acervo, que forneceu os seguintes dados sobre o número de obras furtadas:

Imagem 16 – Obras furtadas por ano na Seção de Iconografia da FBN



Fonte: FBN (2020)

O inventário de 2004 foi realizado apenas sobre o acervo consultado pela dupla de pesquisadores. Já o inventário de 2005, pela falta de indícios limitadores, foi realizado sobre todo o acervo localizado na Seção, e por essa razão foi extensivo e durou anos. Durante o inventário realizado em cerca de 250 mil obras e que aconteceu sem o fechamento da Seção, ou seja, ocorreu em paralelo ao funcionamento normal com circulação do acervo, algumas falhas aconteceram e foram identificadas posteriormente.

Quando uma obra de arte é roubada a tendência é que ela continue existindo, uma vez que ele é furtado por seu valor intrínseco de mercado. O comércio de obras de arte é um dos mais rentáveis no mundo. Circulando pelo sistema formal ou informal de arte do comércio de obras, ou apartada em alguma coleção particular a obra continuará existindo e poderá reaparecer a qualquer tempo.

A Delegacia de Repressão aos Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (DELEMAPH) do Rio de Janeiro é responsável pela investigação dos furtos ocorridos na Biblioteca Nacional que hoje estão prescritos.

### **2.3 Recuperação de acervo furtado**

Como bens móveis não perecíveis existe uma expectativa de restituição das obras furtadas. A recuperação aconteceu e continua acontecendo lentamente de formas variadas.

Em momentos imediatamente posteriores aos furtos de 2004 e 2005, aconteceram retornos de obras por caminhos diversos. Ainda em maio de 2004, quando Laéssio Oliveira foi preso pela polícia civil em São Paulo, algumas obras foram apreendidas com ele na ocasião.

A Seção de Iconografia recebeu correspondência por SEDEX com 7 fotografias de Albert Frisch da obra “Tipos humanos e aspectos naturais” produzidas no Amazonas cerca de 1865. Em outro retorno, um casal que realizou uma compra na feira de antiguidades da Praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro, percebeu anotações apagadas no verso das peças. Cientes das notícias divulgadas na imprensa sobre os furtos sistemáticos que acometiam instituições culturais no país, o casal ficou preocupado com a origem das peças que adquiriram e recorreram a FBN. A equipe técnica da Seção de Iconografia identificou as marcas nas obras, inclusive as que se tentou apagar para tornar a proveniência inidentificável. Outro caminho de retorno foi uma entrega feita diretamente ao Ministério Público de fotografias de Benjamin Mulock. Estas chegaram completamente descaracterizadas, recortadas do cartão suporte original, assim como as legendas das imagens. Foram devolvidas também imagens de Camillo Vedani, cuja autoria era desconhecida pela equipe até a realização da perícia. Outra forma de recuperação de acervo foi possível devido a atuação da DELEMAPH com apreensões em leilões de arte.

Imagem 17 - Em fevereiro de 2007 a imprensa noticiou o indiciamento do leiloeiro Antônio Leon Filho após a apreensão de obras furtadas em sua casa de leilões. A Polícia Federal o indiciou por crime de receptação de obras de arte. Cada uma das 5 aquarelas tinha lance mínimo de R\$ 10 mil cada.

## PF apreende obras roubadas que iriam a leilão

Aquarelas desaparecidas da Biblioteca Nacional desde a década de 90 estavam em loja de leiloeiro tradicional



Fonte: O Globo (Fev. 2007)

As apreensões em leilões tiveram grande repercussão na imprensa. Um pesquisador frequente da FBN entrou em contato com a instituição ao reconhecer algumas obras listadas como lotes disponíveis em catálogo de leilão. Na operação da Polícia Federal foram apreendidas aquarelas de Friedrich Hagedorn e a “Batalha de Vangeur” de Debret na casa do leiloeiro em fevereiro de 2007. Uma dessas matérias indica que nos últimos anos mais de 3 mil obras de arte foram furtadas de museus e outras instituições no estado do Rio de Janeiro (MAGALHÃES, 2007).

Essas operações viabilizaram a recuperação de outras furtadas da FBN em outros momentos. Foi o caso da obra de Hagedorn, que teria sido furtada entre 1991 e 2002, segundo levantamento na documentação interna. Embora a instituição tenha sofrido esses grandes furtos em 2004 e 2005, outros em menor volume aconteceram ao longo de seus mais de 200 anos de história. Nessa mesma operação foram apreendidas pranchas de origem do Museu Nacional que tiveram alguns dos carimbos de propriedade cortados do suporte. Essas pranchas do Museu foram, em princípio, encaminhadas para a FBN. Devido a comunicação entre as instituições as marcas remanescentes permitiram a identificação do real proprietário e a restituição ao acervo de origem.



Uma grande apreensão foi realizada em leilão da Babel Livros em agosto de 2012, oito anos após o primeiro furto em 2004. A partir do catálogo foi feita uma pré-seleção de obras que tinham correspondência com a listagem de obras ausentes identificadas pelo inventário da FBN. Foi realizada a perícia em 15 peças por membros da equipe. Dentre elas cinco fotografias que compunham o álbum “Memorandum Pittoresco de Pernambuco”, cópia única, que tinha originalmente 33 fotografias e data da década de 1850.

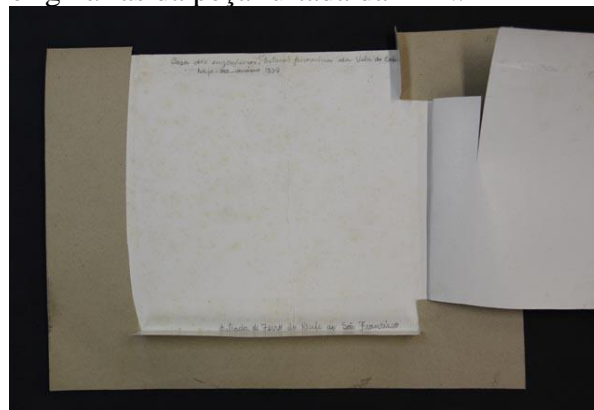
As cópias fotográficas furtadas em 2005 estavam mutiladas e diferentes entre si. Foram periciadas e recuperadas. O cartão suporte original estava colado sobre outro. Abaixo dele, em perícia, foram identificadas algumas marcas da FBN. As marcas de proveniência estão além das formais como carimbo e *ex-libris*. Outras marcas são resultantes da própria história da peça em seu percurso de tratamento dentro da instituição e são marcas igualmente importantes para a particularização de uma obra. Nessas fotografias recuperadas foram identificadas anotações manuscritas com grafia dos técnicos que realizaram o tratamento técnico comparado a outras peças do acervo com tratamento contemporâneo.

Imagem. 18 - O álbum é encadernado em veludo com relevo e foi especialmente editado para ser oferecido ao Imperador D. Pedro II na ocasião de sua visita a Recife, em 1859.



Fonte: Acervo Iconográfico da FBN (2020)

Imagem 19 - Verso de fotografia recuperada em ação da Polícia Federal. A remoção do cartão suporte a qual a fotografia foi aderida após o furto revelou marcas e inscrições originárias da peça furtada da FBN.



Fonte: FBN (2020).

Imagem 20 - A esquerda a imagem gerada a partir do negativo de segunda geração (*backup*) de uma das pranchas recuperadas. A direita a cópia fotográfica apreendida.



Fonte: FBN (2020).

Comparando o tamanho da mancha é possível ver que a imagem tem o mesmo tamanho. O cartão suporte na segunda imagem é menor, foi refilado. Esse recurso não foi suficiente para cortar o carimbo da obra. Na imagem a seguir, feita pela perícia, pode-se ver a raspagem no papel que foi feita na região onde estava o carimbo.

Imagem 21 - A raspagem do papel foi a única forma de remover o carimbo uma vez que ele estava no verso da área onde estava a imagem fotográfica.



Fonte: FBN (2020).

Rosângela Rennó produziu o livro de artista “2005-510117385-5” inspirado no furto ocorrido em 2005 (RENNÓ, 2009). O título da obra se refere ao número do inquérito policial do furto na FBN. O livro reproduz apenas os versos das 101 fotografias que foram recuperadas até a época de sua produção. As imagens fotográficas não foram reproduzidas. Ao leitor restava a descrição e outras marcas para leitura dessas peças.

Mais recentemente um outro caminho para recuperação de obras furtadas foi aberto. Dessa vez, pelo próprio ladrão. Laéssio Oliveira fez algumas denúncias que geraram nova onda de notícias na imprensa.

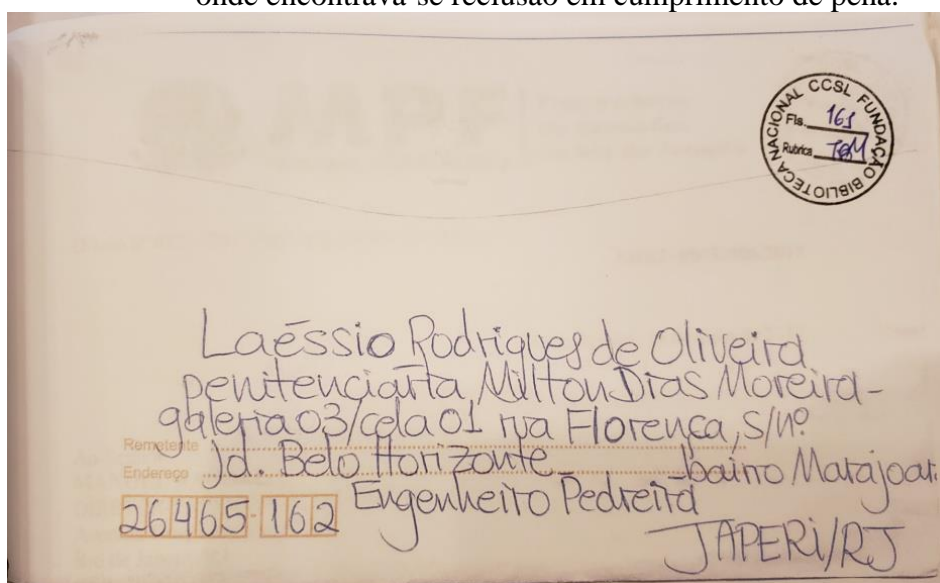
Imagem 22 - O jornalista Ivan Finotti cobriu as denúncias de Laéssio e seus desdobramentos mantendo o assunto em pauta. Laéssio afirmou na ocasião que obras pertencentes ao acervo do Instituto Itaú Cultural pertenceriam a Biblioteca Nacional.

Fonte: Folha de S. Paulo (2005)

Laéssio Oliveira enviou cartas à FBN e a veículos de comunicação. Em princípio solicitou doações de livros para a biblioteca do presídio de Japeri onde cumpria pena. Em

outra, fez acusações comprometedoras sobre a localização atualizada de peças que havia furtado anos atrás. Entre os fatos que se sucederam a essas denúncias houve o contato de alguém que se apresentou como jornalista a FBN a fim de comprovar um dado novo fornecido por Laéssio. A informação era de que ele havia furtado 8 pranchas da obra “Souvenir de Pernambuco” e não 4 como o inventário da FBN quantificou (KAUS, ca. 1850). Esse contato aconteceu em junho de 2017. A informação dada por Laéssio foi comprovada e tais denúncias ocasionaram o envolvimento da DELEMAPH.

Imagem 23 - Envelope da correspondência enviada por Laéssio da penitenciária onde encontrava-se reclusão em cumprimento de pena.



Fonte: FBN (2020)

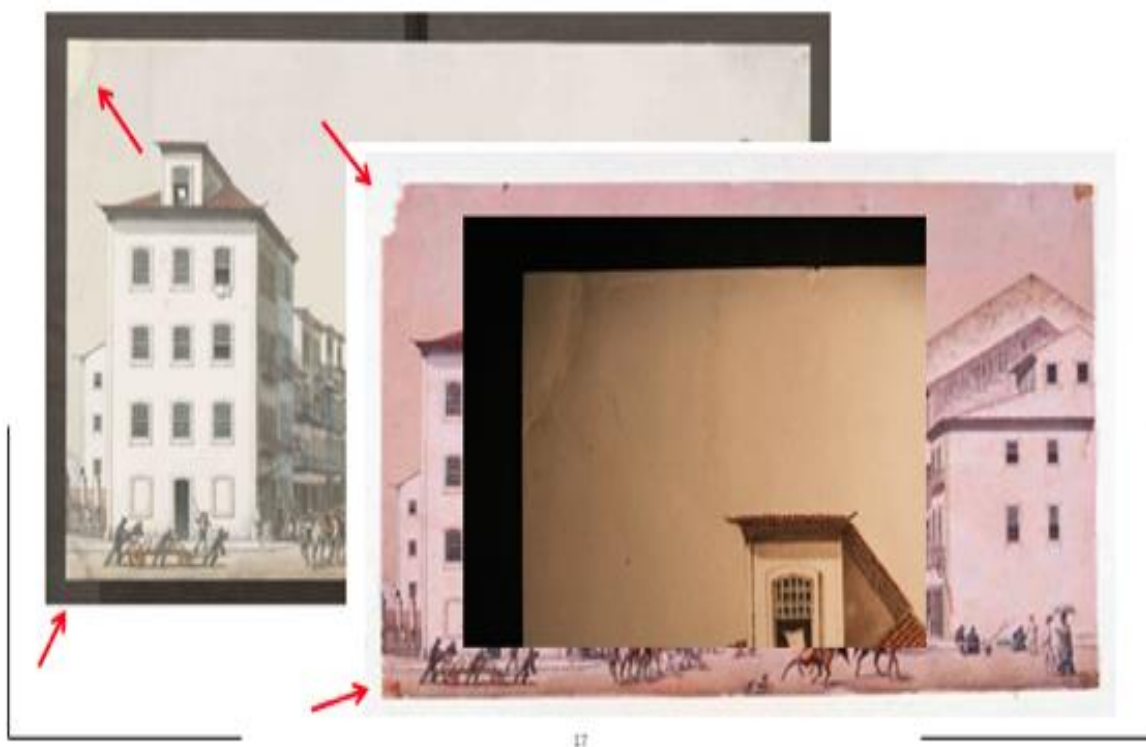
O inventário da FBN identificou a ausência de 4 pranchas porque das 8 furtadas, metade foi substituída por fotocópias coloridas do mesmo tamanho. O inventário era quantitativo e frente ao número de obras a serem verificadas não havia investigação mais aprofundada sobre o que teria permanecido no acervo. A denúncia de Laéssio indicava que as 8 pranchas furtadas da obra “Souvenir de Pernambuco” faziam parte do acervo de outra instituição: Instituto Itaú Cultural (IIC).

A partir das denúncias de Laéssio publicizadas pela imprensa e das investigações jornalísticas que decorreram desse contato, o IIC abriu seu acervo (FINOTTI, 2018). Houve uma série de ações formais que viabilizaram a disponibilização dessas obras para o trabalho

de perícia por parte da equipe da FBN. Entre as instituições foi estabelecido um Termo de Compromisso em março de 2018 para verificação das peças (BN, 2018).

O trabalho realizado pela equipe interna de perícia sobre o lote de 8 pranchas de “Souvenir de Pernambuco”, de Emil Bauch, de 1850, foi integralmente recuperado pela FBN. A perícia identificou algumas marcas e vestígios que permitiram afirmar que aquelas pranchas eram exatamente as mesmas furtadas da FBN, embora tenham sofrido diversas descaracterizações. As pranchas foram “lavadas” quimicamente para clarear o papel, o que afetou a cromia das imagens com relação as remanescentes do álbum, além de terem recebido enxertos para repor a perda no suporte.

Imagem 24 - Estampa “Rua da Cruz” da obra “Souvenir de Pernambuco” antes e depois do furto.

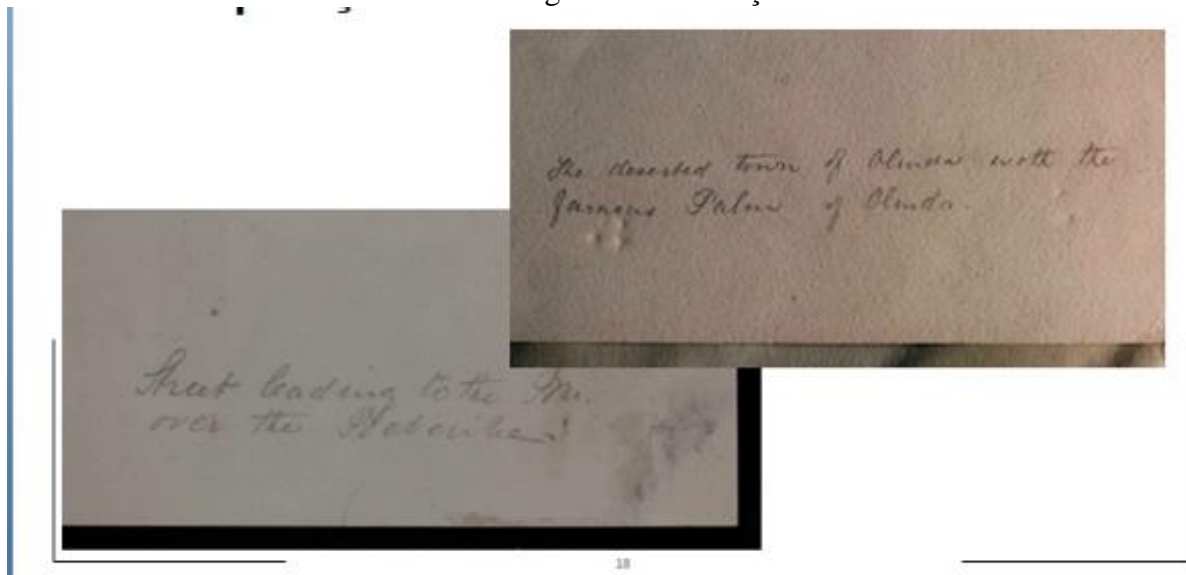


Fonte: FBN (2020)

Nesta sobreposição da estampa “Rua da Cruz” em diferentes momentos, trazida a FBN pelo IIC. Na imagem do meio, em tom mais avermelhado, é a reprodução de um diapositivo da prancha furtada da FBN. Em destaque, detalhe do canto superior esquerdo da prancha em imagem realizada pela equipe de perícia. Os cantos da prancha original que tinham perda de

suporte como demonstrado na segunda imagem coincidem com os enxertos realizados na prancha trazida pelo ICC.

Imagem 25 - No verso da mesma estampa, “Rua da Cruz”, anotação manuscrita em inglês no canto inferior direito. Na prancha “Olinda” remanescente da obra, não furtada, anotação com a mesma grafia e localização.



Fonte: FBN (2020)

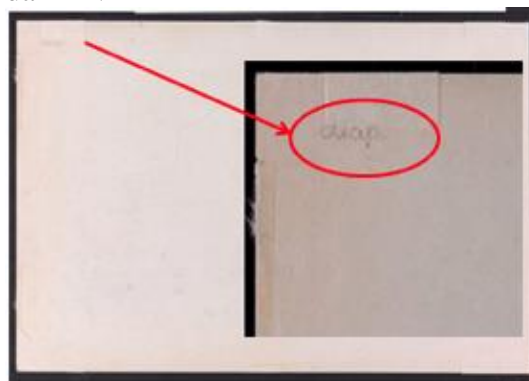
Após a comprovação de que algumas obras do acervo do IIC eram originárias da FBN, outros lotes foram periciados. A prancha “A Glória tomada da estrada” da obra “Rio de Janeiro Pitoresco”, de Moreau e Buvelot (BUVELOT; MOREAU, [1842-1845]) fez parte de outro lote, e foi recuperada devido a identificação de anotação manuscrita no verso que sinalizava uma ação rotineira de tratamento do acervo. A grafia mais uma vez era comum e feita durante processo de digitalização do acervo.

Imagem 26 - prancha “A Glória tomada da estrada”



Fonte: FBN. Seção de Iconografia (2020)

Imagem 27 - verso da prancha “A Glória tomada da estrada” e detalhe da anotação manuscrita feita pela equipe de digitalização da FBN



Fonte: FBN. Seção de Iconografia (2020)

## 2.4 Resultados parciais

Os furtos de 2004 e 2005 afetaram profundamente a instituição. Não apenas pela subtração de parte do patrimônio público cultural, mas pela forma que os furtos ocorreram. No primeiro deles, os responsáveis se valeram da disponibilidade dos atendentes em viabilizar a pseudopesquisa dos usuários, que fizeram o devido cadastramento na instituição. O foco foi desviado da segurança e voltado para o levantamento e acesso ao material. Além de possíveis falhas humanas cometidas durante o atendimento, adicionam-se problemas comuns a instituições públicas de cultura e memória como falta de pessoal e falta de recursos tecnológicos ideais para segurança. O segundo furto, ocorrido sob circunstâncias ainda não esclarecidas, ressaltou outras falhas.

A despeito de todas as dificuldades que a recuperação de obras furtadas enfrenta, a FBN tem recuperado obras em momentos esparsos e em quantidades módicas. Dados do último levantamento da instituição informam que foram restituídos ao acervo cerca de 10% do total furtado, o que equivale a 12 das 102 peças que foram furtadas em 2004, e 116 das 1.096 peças que foram furtadas em 2005.



Imagem 28 – Obras recuperadas do montante que foi furtado da FBN



Fonte: FBN (2020)

Esses números hoje são um pouco maiores, após a ação da equipe de perícia, mas ainda em número reduzido. Mas cada obra que retorna é uma grande vitória e resultado de muito trabalho, pois é necessário provar a propriedade da FBN de cada peça. E isso envolve muito trabalho facilitado pela permanência das marcas de propriedade, pois até a tentativa de remoção das mesmas torna-se um indício a favor.

Vale lembrar que a FBN aprimorou suas medidas de segurança a partir das terríveis experiências de furtos. Esses eventos ocorreram em outros tempos e alguns erros cometidos permitiram que determinadas rotinas fossem repensadas. No que tange o tratamento técnico, a FBN tem certeza da importância das imagens de backup e da necessidade de uma catalogação minuciosa e exaustiva das marcas de proveniência de seus exemplares que, junto a atribuição das marcas formais de propriedade, é o que garante a identidade única de cada obra de seu acervo.

### **3 A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA BIBLIOTECA NACIONAL**

Cientes da importância que as marcas de propriedade desempenharam na recuperação de acervos da Biblioteca Nacional (BN) e também em outras instituições que tiveram acervos furtados, tornou-se imperativo tomarmos decisões sobre o uso de carimbos que abrangessem todos os itens do nosso acervo, e nos permitissem uniformizar procedimentos.

Já então a BN vinha desenvolvendo grande esforço no sentido de registrar e/ou atualizar as regras institucionais e de procedimentos técnicos. Foram revistas as normas de circulação no prédio, de reprodução de acervos, de empréstimo de obras para exposições e

criadas a de avaliação e recebimento de doações e a de registro patrimonial e atribuição de marca de propriedade, que se encontra sob nosso foco neste trabalho.

Vale registrar que o acervo da BN, estimado em cerca de nove milhões de peças, é gerenciado, de acordo com o organograma institucional, pelo Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL), que conta para isso com o apoio de três Coordenações: a de Acervo Especial, a de Acervo Geral, e a de Publicações Seriadas.

Organograma 1 – Centro de Coleções e Serviços aos Leitores



Fonte: FBN (2020)

A Coordenação de Acervo Especial reúne as Seções de Cartografia, Iconografia, Manuscritos, Música e Arquivo Sonoro, Obras Raras, e também o gerenciamento do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, o PLANOR.

Observe-se que, ao lado do quantitativo majestoso de obras, há ainda um sem número de tipologias documentais neste acervo, que vai do manuscrito do século XI até a obra mais recente que deu entrada por depósito legal hoje. E por falar em depósito legal, este é o dispositivo que garante o crescimento diário deste acervo, pois obriga ao envio de pelo menos um exemplar de tudo o que se publica no país à BN. Então atentemos para o fato de estarmos falando a respeito de um acervo gigantesco, multifacetado, e em constante crescimento.

Gerenciar esse acervo nos impõe muitos desafios, tanto com relação ao processamento técnico, preservação e disponibilização, quanto às medidas de prevenção de sinistros que necessitam ser adotadas. Na BN procedimentos foram sendo aperfeiçoados e/ou atualizados, com ênfase no monitoramento contínuo dos espaços, inventários, elaboração de normas e

manuais de procedimentos, digitalização de acervos, catálogo de obras furtadas, investimentos na área de prevenção e controle de incêndios, além de incentivos à conscientização, informação e cooperação com outras instituições.

Foram implantadas câmeras de segurança, sensores de movimento, central de monitoramento e detector de metal na entrada principal, seguranças permanentes na entrada de cada sala de consulta e controle de acesso às áreas de armazenamento.

A utilização de carimbos na BN acompanha a história da instituição desde os seus primórdios, como foi demonstrado na primeira parte deste trabalho. Embora haja ainda discussões sobre a adequação de se apor o carimbo a obras raras e valiosas, inclusive com a alegação que sua utilização desvalorizaria o item, entendemos que acervos institucionais e públicos, como é o nosso caso, não enfrentam esse problema, visto que a ideia é de que permaneçam preservados pelo maior espaço de tempo possível nessas instituições, estando fora de cogitação a possibilidade de serem comercializados.

A Instrução de Serviço FBN nº 06, de 08 de novembro de 2016, que oficializa as normas para registro patrimonial de acervo e atribuição de marca de propriedade foi um instrumento construído em conjunto pelas áreas de processamento técnico, guarda e preservação de acervos. Responde a um anseio coletivo do corpo técnico da instituição. Suas disposições aplicam-se a todos os procedimentos de registro e identificação de acervo, executados no âmbito das Coordenações de Serviços Bibliográficos, Publicações Seriadas, Acervo Geral e Acervo Especial, bem como às suas áreas subordinadas: Cartografia, Iconografia, Manuscritos, Música e Arquivo Sonoro e Obras Raras. Preconiza que a atribuição de marca de propriedade através de carimbagem e colocação de *ex-libris* é procedimento necessário para identificação do material como parte integrante do acervo da BN, e estabelece que todas as peças do acervo devem ser obrigatoriamente carimbadas.

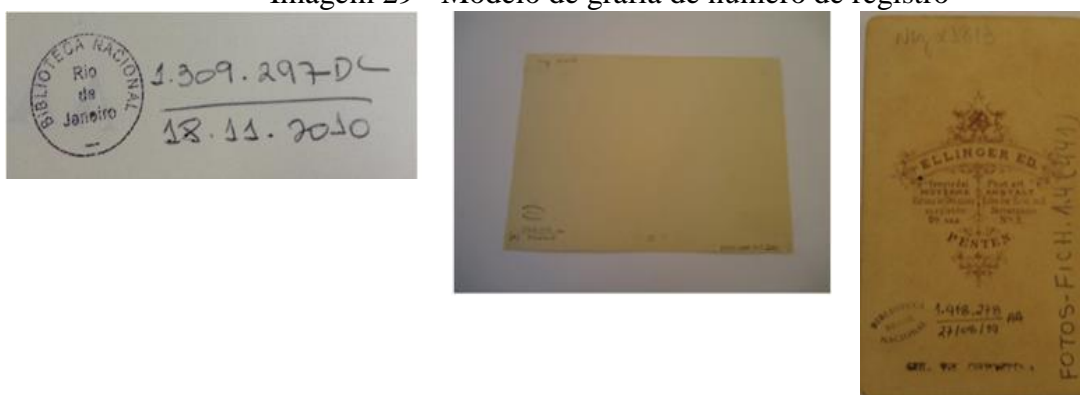
O registro patrimonial (ou tombamento) é a tarefa de atribuir a cada item uma identificação visual e/ou um número sequencial único que o identificam como parte integrante do acervo da BN, sendo de competência do Núcleo de Registro Patrimonial da Coordenação de Serviços Bibliográficos atribuir os números de registro às obras. O Núcleo pode delegar competência aos chefes dos acervos especiais para proceder ao registro das obras em cada unidade.

Cada item pertencente ao acervo, exceto fascículos de periódicos, tem um número de registro, compreendendo-se por item um documento ou grupo de documentos em qualquer

suporte, editado, distribuído ou tratado como uma entidade autônoma, constituindo a base de uma única descrição bibliográfica.

Para anotação do registro no item, utilizamos caneta permanente (nanquim) de cor preta ou lápis de grafite macio (6B), de acordo com a conveniência. O número de registro é grafado com ponto entre os milhares e as centenas, sobre uma barra horizontal, debaixo da qual deve ser grafada a data do registro no formato dd/mm/aaaa ou dd.mm.aaaa. Do lado esquerdo do número de registro deve-se apor o carimbo de identificação da Biblioteca Nacional.

Imagem 29 - Modelo de grafia de número de registro



Fonte: FBN (2020)

O número de registro e o carimbo devem ser postos às margens da mancha gráfica, de modo a não interferir no conteúdo da obra, conforme segue:

- Em livros: no verso da página de rosto do material e nas páginas de n. 33;
- Em folhetos (material monográfico com menos de 50 páginas): no verso da página de rosto e na página do meio da publicação, sem prejudicar a mancha gráfica;
- Em documentos iconográficos, cartográficos, partituras e manuscritos: no verso do item, preferencialmente no canto inferior esquerdo.

Imagem 30 - Modelo de carimbagem e atribuição de número de registro em documento bibliográfico



Fonte: FBN (2020)

Imagem 31 - Modelo de carimbagem e atribuição de número de registro em documento iconográfico



Fonte: FBN (2020)

Não são atribuídos números de registro para fascículos de periódicos, que deverão contar apenas com as marcas de propriedade (carimbos) apostos conforme segue:

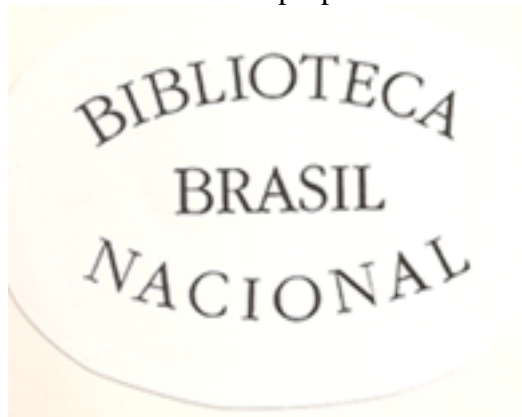
- Em jornais: na capa;

- Em revistas: na capa e na página de n. 33, se paginadas; alternativamente, em revistas não paginadas, em página aleatória próxima ao meio da publicação, sem prejudicar a mancha gráfica.

Para carimbagem, utilizamos os seguintes materiais:

1. Carimbo: em formato oval, de resina Dupont, com o tamanho adequado para redução de custos, e correta identificação da propriedade, conforme modelo abaixo. Utilizamos tinta indelével adquirida junto à Library of Congress.

Imagem 32 - Modelo de carimbo de propriedade da Biblioteca Nacional



Fonte: FBN (2020)

2. Para colocação do *ex-libris*, utilizamos cola de metil celulose. O *ex-libris* deve ser colocado no verso da capa (contraguarda) do item.

A norma explicita detalhadamente todos os procedimentos a serem seguidos, e foi um avanço importante para o registro e utilização dos carimbos e demais marcas de propriedade na instituição. Ao lado das demais providências adotadas na gestão e para a segurança do acervo, das normas complementares de circulação, empréstimo de originais para exposições, reprodução, e outras, que foram sendo editadas em busca do comprometimento do todo institucional com a preservação das suas coleções, estamos certos de que a Biblioteca Nacional é hoje um lugar mais seguro para as preciosidades que estão sob a sua guarda.

## REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Extrato de Termo de Compromisso, Processo FBN 01430.000.362/2017-50, entre a Fundação Biblioteca Nacional e Instituto Itaú Cultural, de 23 de março de 2018 [Criação de Grupo de Trabalho de Análise Técnica]. *Diário Oficial da União*: seção 3, n. 70, p. 11, 12 abr. 2018.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Instrução de Serviço n. 06/2016* [Normas para registro patrimonial de acervo e atribuição de marca de propriedade]. Rio de Janeiro, 8 nov. 2016. 7 p.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:  
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/decretolei\\_25\\_\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/decretolei_25__30_de_novembro_de_1937.pdf). Acesso em: 31 maio 2021.
- BUVELOT, Louis; MOREAU, Auguste. *Rio de Janeiro Pitoresco*. Rio de Janeiro: Lit. de Heaton e Rensburg. [1842-1845].
- CARTAS de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 56, p. 339 e 344, 1934.
- CATÁLOGO dos retratos coligidos por Diogo Barboza Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 8, 1889.
- COLECIONADOR nega ter comprado obras de ladrão. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, v. 98, n. 32487, p. C4, 14 mar. 2018, Ilustrada.
- CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica. In: *Bens Culturais e Relações Internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*. Santos, SP: Ed. Universitária Leopoldianum, 2017. p. 113-131.
- DÜRER, Albrecht. *Les Quatre livres d'Albert Durer: peintre & geometricien tres excellent, de la proportion des parties & pourtraicts des corps humains*. Arnheim [Países Baixos]: Chez Jean Jeansz, 1614. 124 p.
- FINOTTI, Ivan. Ladrão diz que obras hoje no Itaú Cultural são da Biblioteca Nacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, v. 98, n. 32487, p. C1, 14 mar. 2018. Ilustrada.
- FRISCH, Albert Christoph. [*Tipos humanos e aspectos naturais*. Amazonas, ca. 1865].
- GALVÃO, Ramiz. Fr. Camillo de Monserrate: estudo biográfico. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 114, 137-138, 1884-1885.
- GOBBI, Nelson; GIANINNI, Alessandro. Após denúncia, Itaú Cultural abre seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, ano 93, n. 30.901, 15 mar. 2018. Segundo Caderno, p.6.

GOIS, Ancelmo. É muita cara de pau. *O Globo*, Rio de Janeiro, v. 93, n. 30.690, p. 14, 16 ago. 2017.

GOULART, Gustavo. Museu da Cidade também teve obras furtadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 25.855, p. 22, 21 maio 2004.

KAUS, F. *Souvenir de Pernambuco*. Rio de Janeiro: [s.n., ca.1850].

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. PF apreende obras roubadas que iriam a leilão. *O Globo*, Rio de Janeiro, v. 82, n. 26.844, p. 22, 04 fev. 2007.

MEMORANDUM pittoresco de Pernambuco. Pernambuco: Instituto Photographico de Stahl & C., [ca. 1855].

OLIVEIRA, Germano. Universitário preso com livro do Museu Nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 25.850, p. 27, 16 maio 2004.

PRIMEIRA Exposição Brasileira de Ex libris. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 20, p. 18-19, 16 maio 1942.

REGULAMENTO da Biblioteca Nacional: Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 333-354, 1911.

RENNÓ, Rosângela. 2005-510117385-5. Rio de Janeiro: Paço Imperial: IPHAN, 2009.

SOLER, Alessandro. PF indicia organizador de leilões por crime de receptação de obras de arte. *O Globo*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 26.846, p. 15, 06 fev. 2007.

SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1904: relatório que ao sr. dr. José Joaquim Seabra ... apresentou em 15 de fevereiro de 1905... *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 409, 415 e 519, 1905.

SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1906: relatório que ao sr. dr. Augusto Tavares de Lyra ... apresentou em 15 de fevereiro de 1907... *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 310, 1907.

SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1907: relatório que ao sr. dr. Augusto Tavares de Lyra ... apresentou em 15 de fevereiro de 1908... *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 335, 1908.